



Trabalho de Conclusão de Curso Curso de Relações Internacionais

**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: O *Brexit* e o Desinteresse do Reino Unido

Nome do(a) Estudante: Felipe Marafão Renzo

Nome do(a) Orientador(a): Regiane Nitsch Bressan

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

A partir do tema proposto, este trabalho busca compreender o *Brexit*, buscando compreender as causas de o Reino Unido optar pela saída da União Europeia. Com esse objetivo, serão analisados os seguintes aspectos: o histórico do Reino Unido dentro do bloco; a forma como foi conduzido o referendo sobre a permanência na UE em 2016 (o tom das campanhas pró-saída e pró-permanência e o espaço na mídia dado a cada uma) e o peso que os grupos sociais não pertencentes às elites tiveram no resultado do referendo. Depois de analisar o relacionamento entre o país e o bloco, os dados sobre as votações de 1975 e 2016 em relação à permanência no bloco; e a cobertura midiática do processo, foi possível constatar que o *Brexit* é uma junção de diferentes elementos. O artigo concluiu que a falta de interesse por parte das elites conservadoras; a insatisfação das camadas com nível socioeconômico menos elevado, que não se sentiram contempladas durante os anos de União Europeia; o uso da mídia para maior propagação de uma agenda anti-integração foram os principais fatores responsáveis pelo *Brexit*.

PALAVRAS CHAVE: Integração Regional; União Europeia; Reino Unido; *Brexit*; Regionalismo; Onda Conservadora.

1. INTRODUÇÃO

O ingresso do Reino Unido na União Europeia (na época chamada Comunidade Econômica Europeia, referida daqui em diante como CEE) não foi imediato, começando com

a falta de interesse do país em se juntar ao bloco, e passando por vetos de outras nações a sua candidatura para tal. Quando, em 1973, o país passou a integrar o bloco, não demorou para que o governo fizesse um referendo para saber qual a opinião da população sobre a integração. Naquela época, o apoio à integração foi majoritário, com 67% dos votos favoráveis à permanência.

Desde 2016, no entanto, o processo de integração europeia passa por um retrocesso nunca antes visto, agora que o Reino Unido decidiu, também por voto popular, sair da União Europeia. Para a alegria dos eurocéticos, 52% da população votaram a favor do *Brexit* nesse último referendo, apresentando duas grandes diferenças em relação ao primeiro: o resultado em si, e a quantidade de votos que a permanência teve.

O principal propósito deste trabalho é estudar o processo de integração regional, mais especificamente, que parte desse processo pode motivar um país a abandoná-lo. Sendo assim, a delimitação do tema compreende o *Brexit*, não como sinal de ineficácia do processo de integração regional, mas como consequência da falta de interesse que o Reino Unido demonstra no processo de integração desde seu início. A pesquisa será feita a partir da análise de um recorte histórico, assim como dados sobre os votos nos referendos de 1975 e 2016; dados sobre as economias tanto do país quanto do bloco; e dados sobre a cobertura midiática do referendo de 2016 no Reino Unido.

As principais perguntas feitas por essa pesquisa são: que parte do processo motivou o Reino Unido a desistir da integração? Até que ponto a cobertura midiática pode ter influenciado os resultados do referendo? Será a falta de interesse o principal fator para a saída, ou é consequência de uma série de outros fatores que desmotivam a permanência no processo? O quanto esse fenômeno é reflexo da onda conservadora observada nessa década?

A análise do *Brexit* justifica-se não só por sua atualidade, uma vez que o referendo ocorreu apenas há cinco anos, e só agora no final de 2020 o Reino Unido formalizou a saída e deixou de integrar a União Europeia (UE), mas também pelo fato de ser o único exemplo de um país optando por deixar o bloco. Esse fenômeno pode mostrar quais elementos do processo de integração motivaram tal ato, assim como quais questões internas do próprio país podem ter servido de combustível para a saída. Sendo assim, considera-se importante compreender o que levou ao *Brexit*, na tentativa de determinar se é um fenômeno isolado ou uma tendência para o futuro do bloco.

A importância desse estudo também está no fato de que tanto no referendo sobre a permanência na CEE em 1975 quanto em 2016 houve massivo apoio conservador às posições vencedoras, porém opiniões completamente diferentes. No referendo anterior os

conservadores foram os principais apoiadores da permanência, o que se inverteu no em 2016. Isso mostra que pode haver grande conexão entre a vontade desse grupo político e a relação entre o país e o bloco. Nunca antes foi visto tamanho retrocesso no processo de integração europeia, então a análise desse fenômeno se faz válida, na medida em que se torna muito importante entender as possíveis causas ou influências que o levaram a ocorrer.

O trabalho também tem a intenção de proporcionar, a partir dessa análise, maior compreensão a respeito das motivações por trás do *Brexit*, assim como determinar até que ponto os conservadores influenciaram o processo e a forma como foi realizada a cobertura midiática do referendo.

As hipóteses a serem confirmadas ou negadas no decorrer da pesquisa são três: os conservadores pararam de ver vantagens na integração europeia, preferindo a mesma se resumia apenas ao livre mercado; a forma como foi feita a cobertura midiática do referendo pode ter influenciado o voto popular; o nível de qualificação da população também foi um fator decisivo para o resultado.

O trabalho está organizado três seções, que tratam, respectivamente: dos conceitos teóricos por trás do presente trabalho (seção 01); do recorte histórico desde o ingresso do Reino Unido na então chamada Comunidade Econômica Europeia, até o referendo sobre a permanência na União Europeia em 2016, assim como dos dados por trás de seu resultado (seção 02); e das hipóteses da pesquisa, conciliando as mesmas com os dados e teorias apresentados nas seções anteriores (seção 03). Por fim, será apresentada a conclusão, onde será discutido se as hipóteses foram confirmadas ou negadas, assim como se as perguntas feitas no início do trabalho foram respondidas, e algumas reflexões a respeito do tema como um todo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O tema será analisado a partir da teoria neofuncionalista de Ernst B. Haas, que define integração regional como o “processo pelo qual Estados nacionais independentes voluntariamente se fundem e se misturam com seus vizinhos, de modo a perder os atributos factuais de soberania enquanto adquirem novas técnicas para resolver conflitos entre si” (HAAS, 1970). Como o funcionalismo, o neofuncionalismo considera a importância das mudanças econômicas, mas também afirma que há articulação humana deliberada para concretizar mudanças sociais e políticas (HAAS, 1970).

A teoria também estabelece quatro motivos para que os Estados optem pelo processo de integração: o desejo de promover a segurança; desenvolvimento da economia e maximização do bem-estar; interesse de uma nação mais forte em exercer influência sobre as nações menores; ou uma vontade comum de unificar os Estados numa entidade mais ampla.

Haas também faz algumas generalizações a respeito do processo de integração europeia, e aqui serão destacadas três que são mais pertinentes para o presente trabalho. A primeira delas é a de que o interesse próprio entre governos e grupos privados bastou para tecer expectativas de interdependência e benefícios mútuos. Porém, com mudanças nas condições econômicas ou no clima político, essas expectativas podem ser revertidas e avaliadas pelos atores (HAAS, 1970). Isso pôde ser observado no *Brexit*, com a mudança de opinião conservadora e de conjuntura no bloco e com a economia europeia em queda, houve um desinteresse em massa no processo de integração europeia.

A segunda generalização afirma que houve muito pouco *spillover* no nível de ação, ou seja, pouca penetração progressiva das instituições supranacionais nas camadas mais baixas da tomada de decisão nos níveis nacional e local (HAAS, 1970). Isso também é visível nos dados sobre os votos do referendo, uma vez que mesmo o interesse pela integração mais alto entre as elites não foi o suficiente para fazer com que as outras camadas da sociedade demonstrassem o mesmo interesse.

A terceira generalização que é pertinente abordar nesse trabalho diz que as camadas mais educadas e profissionais da população, de todas as idades, são consistentemente a favor de uma integração intensificada. Os mais satisfeitos com seu padrão de vida também tendem a ser pró-integração (HAAS, 1970). Mesmo com o desinteresse geral do povo britânico, ainda foi possível observar que grupos mais qualificados da população apoiaram massivamente a permanência no bloco.

Segundo o conceito de *spillover* (ou “esparramamento”), os processos de integração são impulsionados ou desencorajados por um núcleo funcional. O núcleo funcional por sua vez é composto pelos governos e elites dos países, e são os grupos que, após analisar os ganhos ou perdas, podem estimular ou não o processo de integração regional. Embora o *spillover* não tenha ocorrido de forma concreta na Europa, a teoria neofuncional ainda prevê a estagnação que foi observada no continente. Segundo Haas, o processo de integração pode sofrer estagnação quando uma parcela da população não tem suas expectativas contempladas, o que também é visível no *Brexit*, uma vez que, ao ignorar os problemas vivenciados pela parcela da população com menor nível socioeconômico, a elite política pavimentou o caminho para o *Brexit*.

3. UM RECORTE HISTÓRICO

Marcado pelo euroceticismo, o relacionamento do Reino Unido com a União Europeia não foi dos mais tranquilos. Desde a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) até o que hoje é chamado de União Europeia, houve pouco interesse do Reino Unido em uma integração plena, com o país preferindo apenas o aspecto de livre mercado oferecido pelo bloco. É interessante observar que, conforme o processo de integração avançou, a origem do apoio à permanência no bloco mudou, passando do partido conservador (principal apoiador da permanência na época da Comunidade Econômica Europeia) para o partido trabalhista (principal apoiador da permanência no referendo da União Europeia em 2016).

A CECA, fundada por Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, foi uma grande novidade em comparação com outras instituições internacionais. Foi a primeira a introduzir o conceito de supranacionalidade, por meio do qual os Estados Membros compartilham sua soberania sob a égide de instituições comuns que têm como foco o bem comum, e não no interesse de cada um dos Estados Membros individualmente. Os Estados membros da CECA procuravam um objetivo comum e partilhavam o poder conferido a eles por seus cidadãos numa entidade mais ampla. O conselho da CECA era o poder legislativo e os Estados-Membros ali estavam representados. Poderia ser identificado com o atual Conselho da União Europeia, mas com este último tendo mais poder e maior influência no sistema de trabalho da União (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

O Reino Unido não foi um dos países fundadores da CECA, tendo rejeitado o convite para fazer parte do bloco. A economia britânica estava fortemente ligada ao carvão e ao aço, o que era interessante, mas o governo preferia uma comunidade de cooperação, e não integração. O Reino Unido estava interessado em participar da nova comunidade para financiar o déficit do setor e possibilitar o acesso dos produtores britânicos aos mercados alemão e francês, mas não a qualquer custo. Garantir laços políticos e econômicos especiais com os Estados Unidos era mais importante para o Reino Unido do que qualquer benefício econômico hipotético para um setor que estava em declínio no país. Embora os setores de carvão e aço estivessem em crise, eles ainda tinham muito poder na política britânica por meio da influência dos sindicatos.

Outra razão importante do governo britânico para evitar a participação do país na primeira comunidade europeia era o fato de que a maioria das empresas britânicas relacionadas ao carvão e ao aço foi nacionalizada em fevereiro de 1951, pelo governo trabalhista de Clement Attlee. A maioria das indústrias-chave da economia do pós-guerra caiu

no setor público, onde foram submetidas a elaborados controles de planejamento. O então novo comitê nacional do carvão era visto como uma instituição tanto humanitária quanto econômica, uma vez que os proprietários de minas empregavam muitos trabalhadores em condições terríveis e perigosas. O controle público sobre essas indústrias não era compatível com a essência da CECA, uma vez que um mercado comum sem obstáculos nacionais ao comércio teria cortado os subsídios estatais para essas indústrias.

Anos mais tarde, em 1957, é assinado o tratado de Roma, que deu origem à Comunidade Econômica Europeia, com a premissa de ser principalmente um mercado comum com livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais. A ideia era criar um grande mercado para as economias dos Estados Membros, com o objetivo de aumentar o comércio e a riqueza, assim como acelerar a integração europeia. Tendo um mercado comum, as economias europeias integraram-se passo a passo, criando finalmente um mercado único. A economia foi escolhida para ser o primeiro campo a ser integrado, deixando a política para uma etapa futura (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

Cada Estado Membro também tinha o seu próprio interesse neste mercado comum. A Alemanha era uma economia baseada na exportação, como ainda é, e desejava um mercado onde nenhuma barreira técnica, jurídica ou econômica diminuísse sua atividade. O menor número de fronteiras entre as economias dos Estados Membros tornou mais fácil para a Alemanha Ocidental exportar seus produtos. Isso significou um aumento importante na atividade econômica alemã, fazendo do país não só o principal beneficiário deste mercado comum, mas também o principal contribuinte para o orçamento comum. O governo alemão atualmente ainda obtém importantes benefícios econômicos do mercado europeu porque a atividade econômica é maior do que seria sem um mercado comum, com cerca de dois terços das exportações alemãs indo para o mercado europeu. A França estava menos entusiasmada com o mercado comum, já que sua economia era menos competitiva do que a alemã. Entretanto, a livre concorrência era vista como uma espécie de terapia de choque para que as empresas francesas se adaptassem às novas regras para sobreviver. Por outro lado, outras políticas, como a Política Agrícola Comum (PAC), iriam significar um grande influxo de capitais em seu importante setor agrícola. A Itália também apoiou o mercado comum por causa da área fortemente industrializada do norte do país, e também da parte mais pobre do sul da Itália. O Norte estava interessado num mercado livre para exportar para o resto dos Estados Membros, competindo em igualdade de condições com as empresas alemãs ou francesas. O sul estava mais interessado na livre circulação de pessoas, em exportar trabalhadores para outras partes da Europa sem restrições ou discriminações. Além disso, a

inclusão da Política Agrícola Comum significou um benefício importante para o setor agrícola desta parte da Itália. Finalmente, os países do BENELUX não tiveram outra opção senão aderir a um mercado onde a Alemanha e a França estavam presentes. Por razões econômicas, as economias dos três estados dependem muito do mercado alemão e francês, e eles poderiam ter passado tempos difíceis sem acesso a eles (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

Os britânicos acreditavam que a continuidade do processo de integração com certeza levaria a uma Europa unificada sob uma única federação, e que os problemas que poderiam surgir durante esse processo teriam que ser resolvidos com ainda mais integração. Uma “Europa Federal” não foi uma opção para o Reino Unido naquela época, como não é uma opção para o país atualmente. A economia britânica era uma das economias mais importantes da Europa, mas ainda não a mais importante, de modo que sua participação na Comunidade Econômica Europeia era vista como um possível domínio sobre a economia britânica por parte de outros Estados Membros. Também é importante lembrar que a economia britânica, na época, ainda tinha mais interconexões com o Império Britânico e os Estados Unidos da América (EUA) do que com a Europa continental. Assim, integrar sua economia com a Europa e romper as conexões bem estabelecidas com outras partes do mundo era um erro, de acordo com o governo britânico.

Também era de interesse do Reino Unido manter uma relação especial com os EUA, pois uma Europa poderosa e integrada poderia ter se tornado uma alternativa à influência dos americanos no mundo ocidental, em outras palavras, a potência britânica poderia se dissolver em uma Europa integrada, que por sua vez se tornaria o parceiro central dos EUA no mundo ocidental. Portanto, para manter as relações anglo-americanas em seu auge, o Reino Unido preferiu não se juntar à CEE, preferindo manter um sistema de promoção de intercâmbios econômicos entre os domínios britânicos, chamado de Preferência Imperial, criado em 1932 (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

Sendo assim, os britânicos encontraram muitos problemas para ingressar na CEE, com dois vetos franceses do então primeiro ministro Charles De Gaulle. A França tinha muitas preocupações sobre as verdadeiras intenções dos britânicos e seu compromisso com o processo de integração política. Além disso, a posição dominante da França dentro do bloco poderia ser minada com a adesão de uma grande potência como o Reino Unido. A Alemanha apoiou a relutância francesa devido à divisão do país na Guerra Fria. Os EUA, apoiados pelo Reino Unido, aceitaram a divisão da Alemanha em duas partes, alienando os britânicos das autoridades da Alemanha Ocidental, o que significou o apoio da Alemanha a favor da posição Francesa em relação ao Reino Unido neste assunto. Por outro lado, outros Estados Membros

estavam interessados no ingresso do Reino Unido na Comunidade, porque tinham ligações econômicas importantes com os britânicos, especialmente os Países Baixos, mas mesmo a sua influência não resistiu à rejeição francesa. Outros adeptos da adesão britânica foram personalidades importantes ligadas à integração europeia, como Jean Monnet, o chamado pai da Europa, mas nada puderam fazer contra a combinação das posições francesa e alemã. Outro motivo para a relutância francesa era a PAC, ainda em discussão, sem sua forma final. O governo francês estava preocupado com mudanças que o Reino Unido pudesse fazer nessa política, uma vez que os setores agrícolas britânico e francês eram diferentes, e tinham necessidades diferentes (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

O Reino Unido tinha suas razões para agora tentar entrar na CEE, sendo elas motivadas mais por medos que o governo do país tinha do que por apoio ao processo de integração. O governo britânico estava preocupado com a forma como o desenvolvimento da CEE afetaria o papel britânico na política mundial. Os Estados Membros do bloco estavam apresentando crescimento econômico superior ao Reino Unido, devido às novas possibilidades de um espaço econômico mais vasto que promoveu mais relações econômicas entre os Estados Membros. Durante a década de 1960, o produto interno bruto francês cresceu a uma média de 5,8% ao ano, enquanto o crescimento britânico continuou a lutar, a cerca de apenas metade da taxa da França ao mesmo tempo. Entretanto, a economia britânica não ia mal, foi um período de prosperidade e aumento dos padrões de vida no Reino Unido, com um crescimento estável, uma indústria forte e baixo desemprego devido à construção de casas extensas, empreendimentos comerciais e edifícios públicos. O problema aqui era que os Estados Membros da CEE estavam crescendo mais, diminuindo o peso do Reino Unido na economia europeia global e, conseqüentemente, diminuindo sua influência na arena internacional. Com essas motivações, e após duas candidaturas sem sucesso, o Reino Unido conseguiu tornar-se membro da CEE no ano de 1973 (TROITIÑO, KERIKMÄE, CHOCHIA, 2018).

No ano de 1975, apenas dois anos após seu ingresso na agora chamada CEE, o Reino Unido fez um referendo para consultar a população a respeito da permanência do país no bloco. Nessa ocasião, a discussão a respeito da permanência tinha seu foco na questão do livre mercado. Os argumentos favoráveis à saída na época eram os seguintes: pertencer ao bloco feria a soberania do país; o livre mercado colocava em desvantagem a produção interna e destruiria empregos (argumentos das partes mais à esquerda); ou então que o Reino Unido passaria a ser uma mera província na “nação europeia”. Na época, os conservadores foram os

maiores defensores da permanência no bloco, contrastando com o ocorrido em 2016 (WILSON, 2014).

Durante o referendo de 1975, os três principais partidos políticos apoiavam o Reino Unido dentro da CEE, com o governo britânico apoiando fortemente o Sim, em favor da permanência no bloco. Do lado do Não a campanha não foi muito bem organizada, nem muito bem sucedida, uma vez que não teve uma figura central e teve que competir com a maior parte da mídia e o governo, que apoiavam fortemente a permanência. O referendo em si não era vinculativo para o governo no sentido estrito jurídico, mas o eleitorado expressou apoio significativo para a permanência na CEE, com 67% a favor em uma participação de 65%, o que contrasta fortemente com o referendo de 2016 (WILSON, 2014).

Em 1984, Margaret Thatcher corrigiu o que era visto pelos britânicos como uma injustiça, negociando um desconto permanente para o Reino Unido em suas contribuições para a então chamada Comunidade Europeia (CE), já que recebia muito. Thatcher ainda disse, em seu discurso de 1988 em Bruges, que rejeitava "um superestado europeu exercendo um novo domínio de Bruxelas" (Wilson, 2014), o que serviu de argumento para eurocéticos desde então. Mesmo assim, ela não pôde impedir o avanço do processo de integração, com o Tratado de Maastricht assinado por seu sucessor, John Major, em 1992. Isso culminou em uma grande transferência de poder para a nova União Europeia, mas o Reino Unido ainda ficou de fora da moeda única e da parte referente a benefícios sociais.

Foi só em 1997 que Tony Blair acertou as coisas com a Europa, inscrevendo o Reino Unido na parte social do tratado, entregando algumas das proteções sociais há muito cobiçadas pela esquerda e voltando seus olhos para o euro. Como a economia britânica ia bem, o apoio à entrada do euro não era generalizado, colocando os planos em suspenso. Entretanto, a crise do euro acabou com qualquer perspectiva de adoção do Euro por parte do Reino Unido, e talvez tenha alimentado o euroceticismo que passou a tomar força entre partes do Partido Conservador e do público em geral (WILSON, 2014).

Em 2011, enquanto os líderes da UE tentavam resolver seus problemas orçamentários através de um novo tratado, David Cameron exigiu isenções e, em seguida, vetou o pacto que estava para ser firmado, o que, para os críticos, acabou por deixar o Reino Unido à deriva. Isso encantou os eurocéticos e os encorajou a exigir mais, o que culminou no referendo sobre a permanência britânica na UE em 2016. (WILSON, 2014).

Como um último recurso para tentar manter o país dentro da União Europeia, David Cameron propôs uma renegociação de alguns termos em áreas chave para ambas as campanhas do referendo. No campo da soberania, o primeiro-ministro propôs que o Reino

Unido não tivesse mais parte na ambição fundadora do bloco de forjar uma união política cada vez mais estreita entre os povos da Europa, de modo o país que não fosse levado para uma integração política posterior de maneira formal, legalmente vinculativa e irreversível. Também foi proposto que os parlamentos nacionais tivessem mais poder para bloquear a legislação da UE (LANDALE, 2016).

No âmbito da imigração, Cameron propôs que imigrantes vindos da UE que desejassem reivindicar créditos fiscais e benefícios sociais para seus filhos deveriam viver e contribuir no Reino Unido por um mínimo de quatro anos. Ele também propôs um novo requisito de residência para habitação social, de modo que os imigrantes vindos da UE não poderiam nem mesmo ser considerados para uma “moradia social” (modalidade de moradia onde pessoas que precisam de um lugar para morar podem ser contempladas com uma moradia pública), a menos que tivessem vivido em uma área por pelo menos quatro anos. Ele também propôs que os migrantes que estivessem à procura de trabalho não pudessem mais reivindicar quaisquer benefícios de procura de emprego, acrescentando que, se os candidatos a emprego não encontrassem trabalho dentro de seis meses, seriam obrigados a sair do país. A última das proposições de Cameron nesse assunto era em relação aos créditos tributários infantis. O primeiro-ministro queria que, se o filho de um imigrante vindo da UE não fosse residente do Reino Unido, ele não deveria receber nenhum benefício para crianças ou crédito de imposto infantil, não importando quanto tempo o pai ou mãe dessa criança tenha trabalhado no Reino Unido, nem quanto imposto tenha sido pago por esse contribuinte (LANDALE, 2016).

No âmbito econômico, Cameron buscou um reconhecimento explícito de que o euro não era a única moeda da União Europeia, para garantir que os países fora da zona do euro não ficassem em desvantagem material. Ele também queria salvaguardas de que medidas para uma maior união financeira não pudessem ser impostas a membros não pertencentes à zona do euro, e que o Reino Unido não tivesse mais que contribuir para os “resgates” da zona do euro. Outra demanda econômica do primeiro-ministro foi uma meta para a redução do “fardo” da regulamentação excessiva e a extensão do mercado único (LANDALE, 2016).

Cameron garantiu o compromisso de isentar o Reino Unido de uma “união cada vez mais estreita” a ser inscrita nos tratados. Ele também negociou a inclusão de um mecanismo de “cartão vermelho”, por meio do qual se 55% dos parlamentos nacionais concordarem, eles podem efetivamente bloquear ou vetar uma proposta da comissão europeia. Esse mecanismo dependia crucialmente da construção de alianças com outros países do bloco, e por causa

disso, os céticos disseram que ainda não era o bastante para retomar o controle do Reino Unido sobre seus próprios assuntos (LANDALE, 2016).

O primeiro-ministro também obteve o "freio de emergência" de quatro anos nos benefícios trabalhistas que tanto pediu, podendo esse freio ser estendido para até no máximo sete anos, em vez dos treze anos que Cameron teria desejado - mas a UE concordou que seria permitido acioná-lo imediatamente após o referendo, caso o Reino Unido tivesse votado a favor da permanência no bloco. Entretanto, Cameron falhou em sua exigência original de proibir os trabalhadores migrantes de enviar dinheiro de pensão infantil para seus países de origem. Em vez disso, os pagamentos passaram a estar vinculados ao custo de vida nos países onde as crianças moravam. Essa falha alimentou argumentos favoráveis à saída que afirmavam que os imigrantes custavam muito ao governo por causa desses auxílios. Sobre os desempregados, o acordo dizia que os migrantes recém-chegados da UE foram proibidos de solicitar o subsídio de candidato a emprego, e se não encontrassem emprego dentro de seis meses, seriam obrigados a sair do país. Os trabalhadores migrantes da EU já residentes no Reino Unido que perderam o emprego, sem culpa própria, teriam ainda o direito aos mesmos benefícios que os cidadãos britânicos, incluindo subsídio para candidatos a emprego e subsídio de habitação, durante seis meses (LANDALE, 2016).

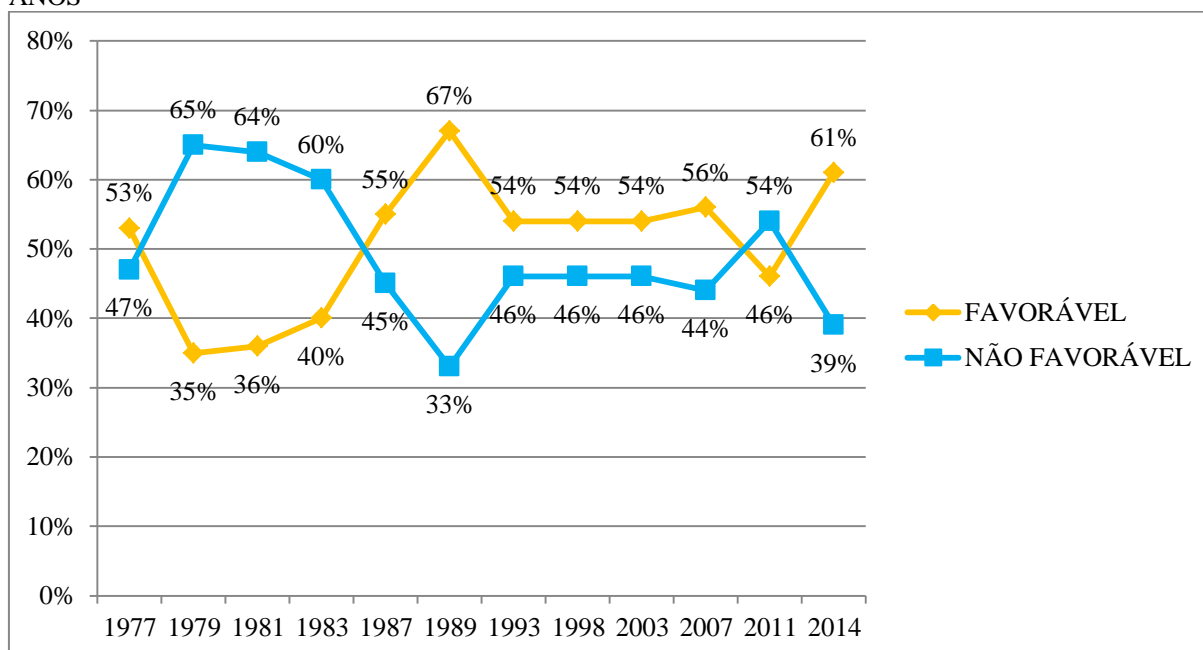
No meio econômico, David Cameron conseguiu as garantias de que países fora da zona do euro, como o Reino Unido, não seriam obrigados a financiar os “resgates” ao euro e seriam reembolsados por fundos centrais da UE usados para sustentar o euro. O acordo também deu a qualquer estado membro o direito de escalar as preocupações sobre o impacto das decisões da zona do euro para uma discussão urgente no Conselho Europeu. Cameron obteve seu reconhecimento explícito de que a UE tem mais de uma moeda - mas não foi tão longe exigindo “múltiplas moedas”. Na última de suas demandas, Cameron recebeu mais do que foi oferecido, com o objetivo de reduzir a burocracia nas transações comerciais entre membros do bloco (LANDALE, 2016).

Mesmo com a renegociação de termos resultando na obtenção de muitas demandas cruciais para garantir à campanha pró-permanência bons argumentos em seu favor, e ao contrário do esperado por Cameron, as negociações não foram o bastante para acalmar os eurocéticos, e o referendo acabou resultando em maioria popular a favor do *Brexit* em 2016.

4. DADOS POR TRÁS DOS RESULTADOS

No caso do Reino Unido, uma característica marcante das atitudes do público em relação à adesão da UE é o quão voláteis essas atitudes podem ser. Desde a época da CEE, o Reino Unido alternou entre momentos de aceitação e rejeição do processo de integração regional. Como pode ser observado no gráfico abaixo, até 2014, a maior parte da população apoiava a permanência do Reino Unido na União Europeia, e durante a maior parte do período analisado, a situação era a mesma. Isso levanta um dos questionamentos que o presente trabalho tentará responder a seguir: o que aconteceu após 2014 para fazer com que 52% daqueles que votaram no referendo mudarem de ideia e apoiarem a saída?

GRÁFICO 1: OPINIÃO DO POVO BRITÂNICO SOBRE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA NO PASSAR DOS ANOS



Fonte: Ipsos MORI, 2016

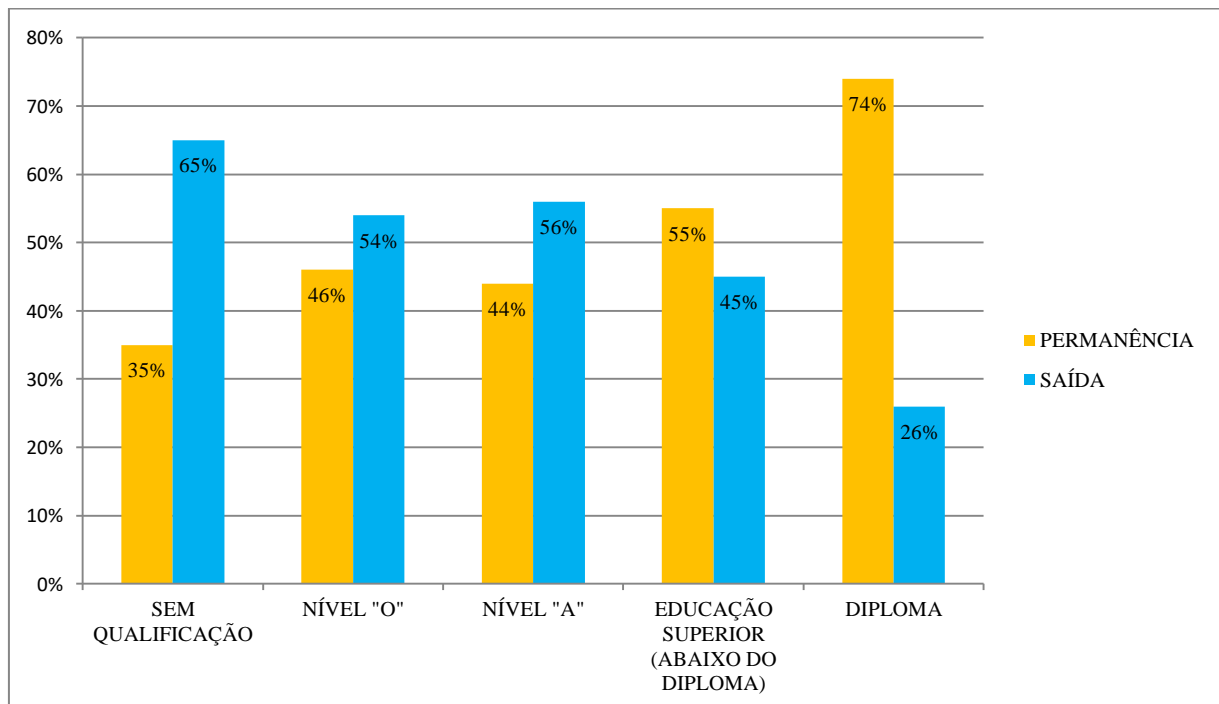
Um fator que determina a forma como um país age em relação à integração regional é o cálculo de custo-benefício sobre o processo, onde as características sociais dos indivíduos apresentam grande importância, uma vez que é essa percepção que vai definir como cada um interpreta o processo de integração e seus benefícios ou malefícios.

Pessoas com maior nível de qualificação tendem a se beneficiar de barreiras comerciais mais baixas e do aumento da mobilidade geográfica e mão-de-obra dela resultante. Em contraste, indivíduos com ocupações mal remuneradas e poucas qualificações

educacionais se encontram em competição com mão de obra igualmente pouco qualificada de membros oriundos da UE (CLARKE, GOODWIN, WHITELEY, 2017).

Conforme observado no gráfico abaixo, o apoio à permanência na UE foi maior entre as pessoas mais qualificadas, com a grande maioria das pessoas sem qualificação votando pela saída (65% dos votos na categoria). Pessoas com qualificação de Nível “O”, o equivalente ao ensino médio completo aqui no Brasil, apoiaram ainda mais a saída; assim como no Nível “A”, que corresponde a dois anos de estudo posteriores ao ensino médio. Em contrapartida, pessoas com um nível superior de educação anterior ao diploma universitário e com o diploma apoiaram mais a permanência (com 55% e 74% de apoio, respectivamente), o que indica que, de fato, pessoas mais qualificadas tendem a preferir a integração. Também é possível observar no gráfico a terceira generalização de Haas a respeito da integração europeia, que afirma que pessoas com mais qualificação tendem a apoiar mais o processo de integração.

GRÁFICO 2: VOTOS NO REFERENDO DE 2016 DE ACORDO COM NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO



Fonte: Statista Research Department, 2016

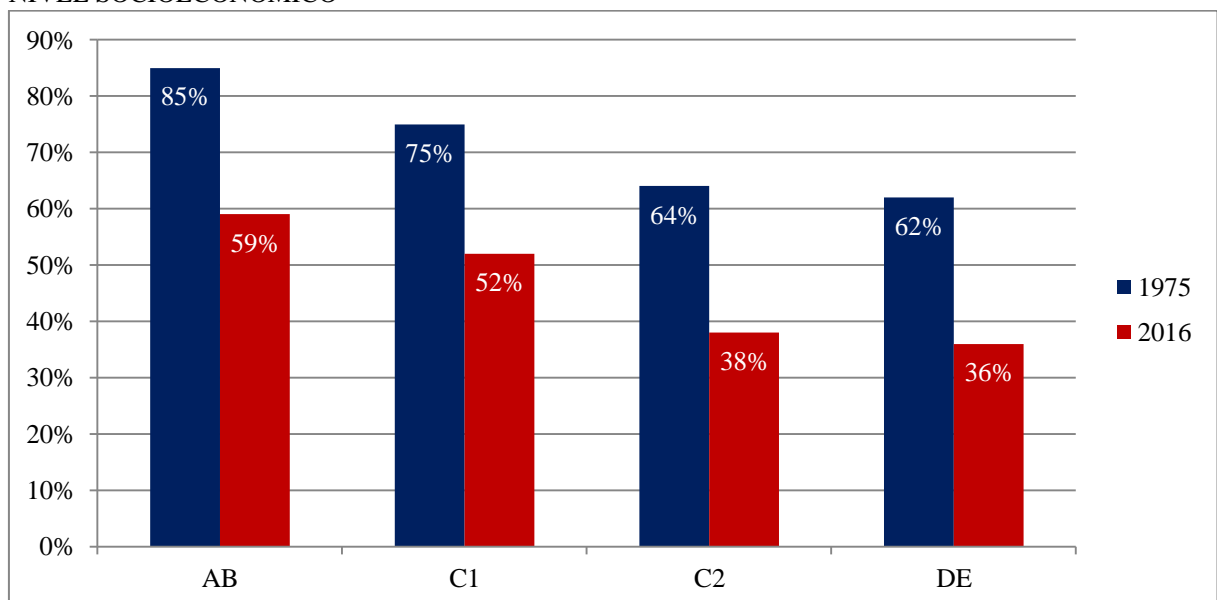
Como o nível de qualificação reflete diretamente na renda, a situação se repete. 58% das pessoas com renda familiar inferior a vinte mil libras por ano apoiaram mais a saída, enquanto apenas 35% daqueles com renda familiar superior a sessenta mil libras por ano fizeram a mesma coisa (GOODWIN, HEATH, 2016). Isso pode ser observado na distribuição

de votos pela permanência entre as classes socioeconômicas. Classes mais altas tendem a apoiar mais a permanência (59% de apoio em 2016), enquanto o apoio vai diminuindo conforme diminuem as condições socioeconômicas.

Assim como em 2016, o apoio à integração foi maior os níveis socioeconômicos mais altos em 1975. As elites se beneficiavam do livre comércio como se beneficiam hoje, mas também é possível observar uma relação entre o apoio desse grupo e dos grupos mais abaixo nessa hierarquia. Partindo da ideia de *spillover* de Haas, era de se esperar que o maior interesse das elites na integração fosse o bastante para elevar o interesse dos demais grupos, entretanto, o baixo nível de apoio à integração que foi visto entre os grupos de menor nível socioeconômico reflete mais a segunda generalização feita por ele, a que afirma que o *spillover* não foi eficaz na infiltração entre essas camadas.

O interessante a ser ressaltado nesse caso é que em 1975, mesmo no grupo onde o apoio à permanência na CEE era mais baixo, ainda era maioria com 62%, enquanto em 2016 esse número caiu para apenas 36%. Isso mostra uma maior divisão de opiniões no referendo de 2016, dados os novos problemas e a maior cobertura midiática da campanha de saída, uma vez que até os grupos que mais se beneficiam com a integração (as elites econômicas e políticas) passaram a apoiar bem menos o processo em 2016 em relação a 1975.

GRÁFICO 3: VOTOS PARA PERMANÊNCIA NA CEE (1975) E NA EU (2016), DE ACORDO COM O NÍVEL SOCIOECONÔMICO



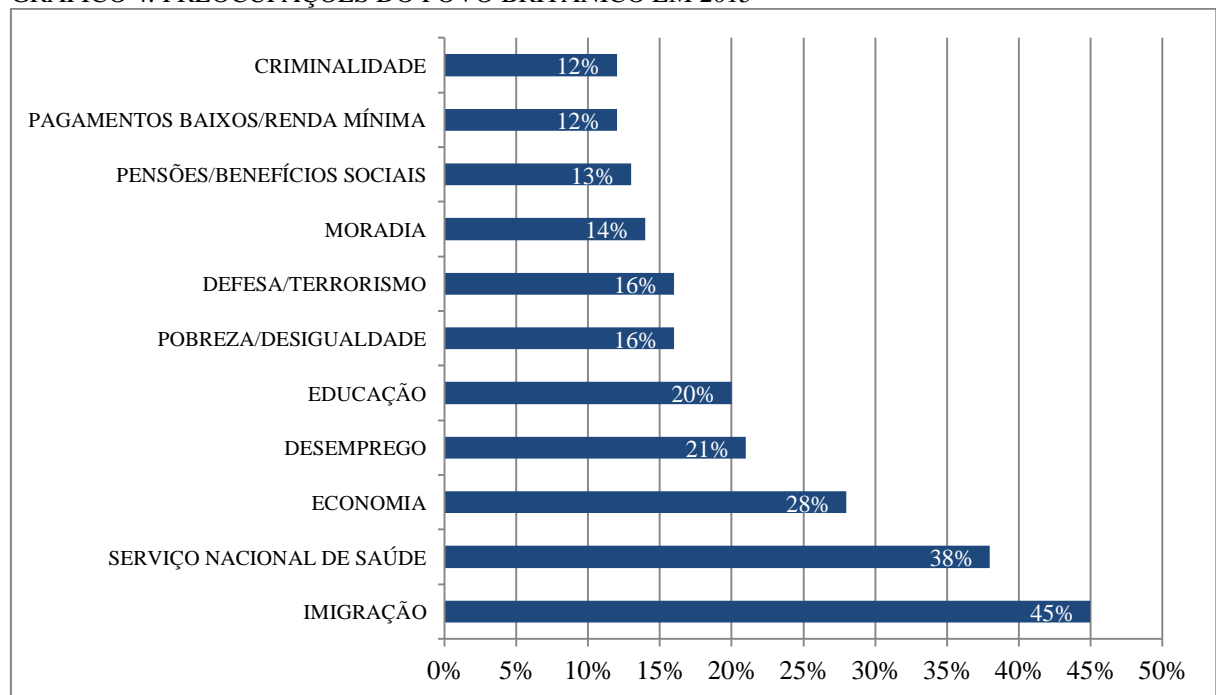
Fontes: LSE, 2017; Ipsos MORI, 2016

Junto com essa percepção de perda nas relações econômicas e de trabalho que grupos menos qualificados tinham, veio também a preocupação com os imigrantes. Uma vez que a

Europa passava por uma crise de refugiados na época do referendo e que os trabalhadores menos qualificados do Reino Unido teriam mais concorrência com a chegada de mais imigrantes, o assunto passou a ser o principal motivo de preocupação da população britânica em 2015.

Aqui entra outro fator que é decisivo na percepção que um povo tem sobre o processo de integração, o sentimento de comunidade. As atitudes em relação à adesão à UE são influenciadas pela visão cultural e social dos indivíduos, bem como por um “medo dos outros”, que desempenha um papel significativo na definição de uma identidade (CLARKE, GOODWIN, WHITELEY, 2017). A noção de identidade pode ser mais importante do que cálculos econômicos para moldar atitudes sobre a integração na UE. Como mostra o gráfico a seguir, a maior preocupação do povo britânico em 2015 era a questão da imigração, com 45% dos entrevistados colocando-a no topo da lista, acima até da questão econômica (28%). A importância desses números está no fato de que a questão da imigração e o Serviço Nacional de Saúde foram fortes argumentos da campanha pró-saída para justificar sua posição, afirmando que a alta de imigrantes era grande responsável pela lotação do Serviço Nacional de Saúde.

GRÁFICO 4: PREOCUPAÇÕES DO POVO BRITÂNICO EM 2015



Fonte: Ipsos MORI, 2015

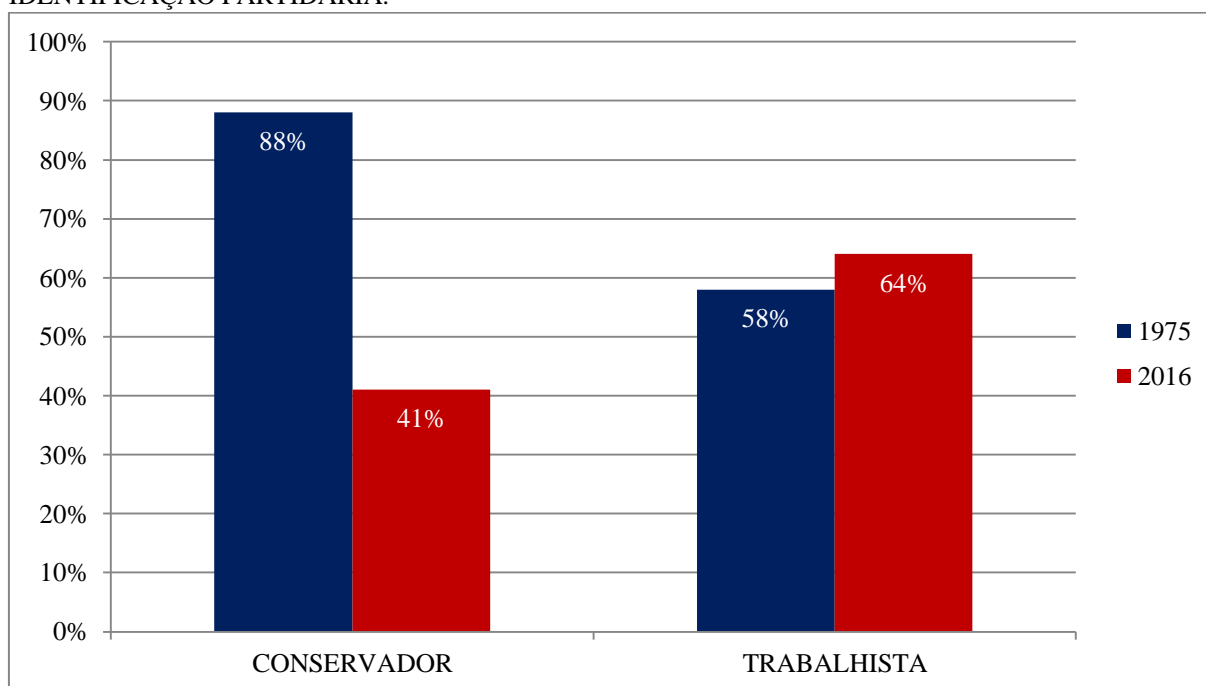
No referendo anterior, em 1975, a situação foi diferente. O Reino Unido decidiu pela permanência na CEE, com grande apoio conservador para que o país continuasse fazendo

parte do livre mercado europeu. O Partido Trabalhista argumentava de maneira oposta, afirmando que o livre mercado não seria benéfico para o Reino Unido, e o reduziria a apenas uma província europeia. Curiosamente, a situação se inverteu. Conservadores apoiaram a saída em 2016 sob o mesmo pretexto de perda de soberania que não parecia incomodá-los tanto em 1975, enquanto o Partido Trabalhista advogava a favor da permanência.

O que mudou? Com o passar dos anos o processo de integração foi se aprofundando, e a Comunidade Econômica Europeia evoluiu para se tornar a União Europeia, indo além do livre mercado, finalmente adotando políticas sociais há tempos cobiçadas pela esquerda do país. Tendo mais gastos com essas políticas, e tendo que se submeter mais ainda ao parlamento europeu (questão que não era problema em 1975, já que o bloco era apenas para livre comércio), os conservadores passaram a apoiar a saída, enquanto o Partido Trabalhista entendeu que os ganhos pela integração finalmente passaram a valer a pena.

Dessa forma, o apoio dos conservadores em 2016 caiu para menos da metade do que era em 1975 (41%, contra 88% no referendo anterior), enquanto o apoio daqueles que se identificam com o Partido Trabalhista cresceu de 58% para 64%. Embora tenha tido crescimento, ainda é possível ver que o euroceticismo continuou fazendo parte da relação entre o povo britânico e o processo de integração europeia.

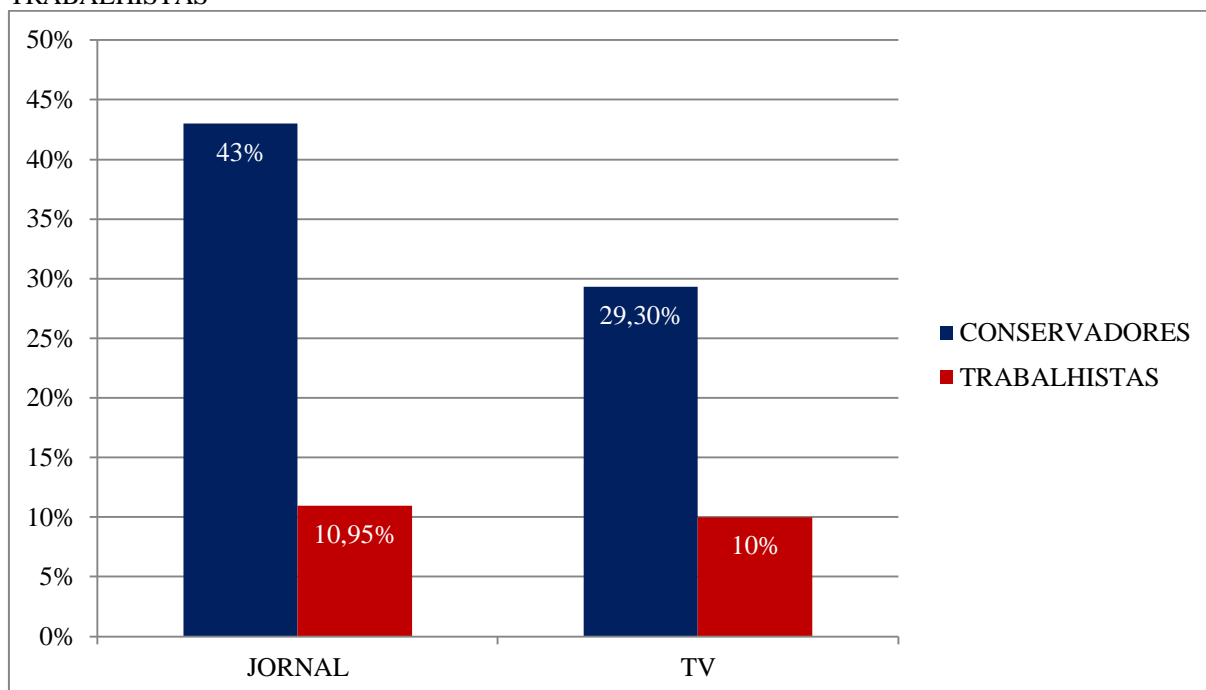
GRÁFICO 5: VOTOS PARA PERMANÊNCIA NA CEE (1975) E NA EU (2016), DE ACORDO COM IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA.



Fontes: LSE, 2017; Ipsos MORI, 2016

Depois de analisar como cada partido se posicionou, também é interessante analisar o espaço que cada um teve na cobertura midiática do referendo de 2016. A partir do gráfico abaixo, é visível que os conservadores tiveram um espaço muito maior para falar ao público, dessa forma, aumentando a exposição do povo a argumentos pró-saída, o que pode ter sido um ponto decisivo para o resultado do referendo, fazendo da cobertura midiática um fator fundamental para compreender o resultado de 2016.

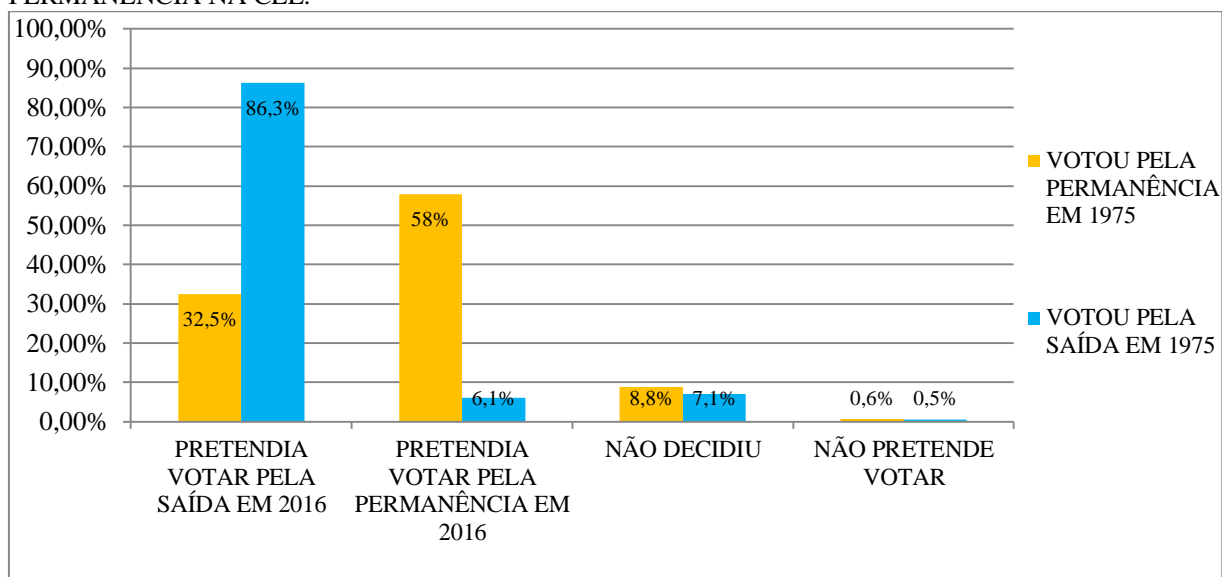
GRÁFICO 6: QUANTIDADE DE COBERTURA MIDIÁTICA DADA A CONSERVADORES E TRABALHISTAS



FONTE: The Centre for the Study of Journalism, Culture and Community Bournemouth University, 2016

Também é interessante analisar como quem pôde votar no referendo de 1975 pretendia votar em 2016, a fim de saber se houve mudança significativa de opinião entre os indivíduos. Conforme mostra o gráfico abaixo, 86,3% dos que votaram contra a permanência na CEE em 1975 pretendiam manter o voto pela saída em 2016. Da mesma forma, 58% dos que votaram a favor da permanência em 1975 também pretendia manter o voto pela permanência em 2016. Mesmo assim, ainda é possível observar que a maior mudança de opinião foi entre quem votou de forma favorável à CEE, que pretendia apoiar o *Brexit* em 2016 (32,5%). Isso mostra o quanto o Reino Unido tinha mais interesse no processo de integração enquanto era apenas livre mercado, como também é um indicador do quão grande foi o papel da cobertura midiática no referendo de 2016.

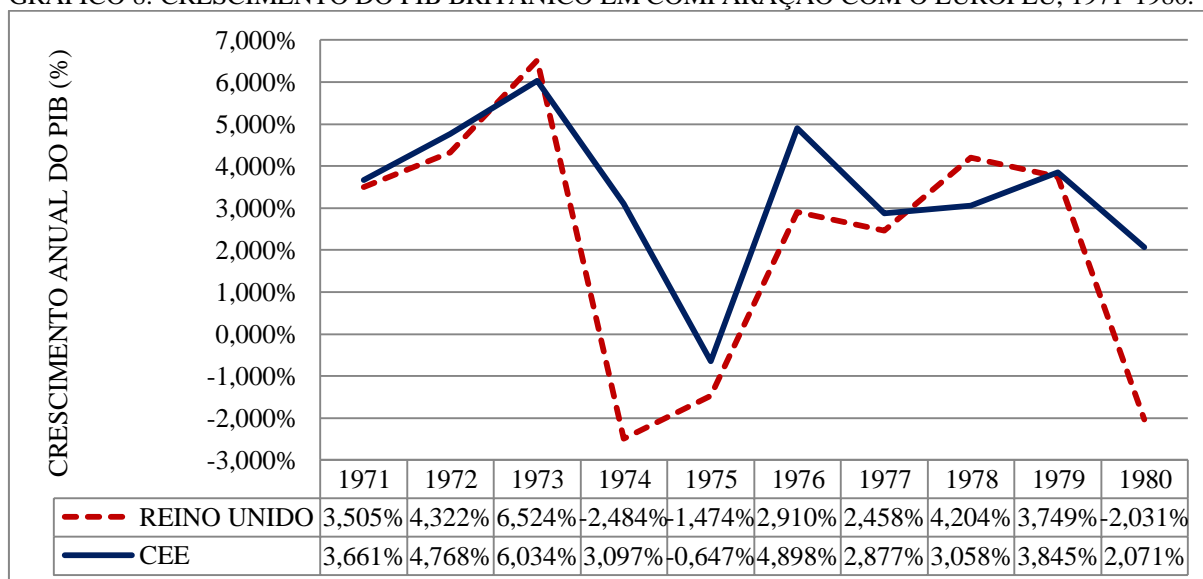
GRÁFICO 7: INTENÇÃO DE VOTO DE QUEM VOTOU NO REFERENDO DE 1975 SOBRE A PERMANÊNCIA NA CEE.



Fonte: Statista Research Department, 2015

Um fator que motivou as escolhas em ambos os referendos é a economia. Como pode ser observado no gráfico a seguir, o PIB britânico apresentava um crescimento menor que o PIB europeu nos anos anteriores a entrada do país na CEE. O país temia que, ao ficar de fora da CEE, sua economia perdesse relevância tanto entre os países do bloco quanto para os EUA, uma vez que negociar com um bloco forte faria mais sentido do que negociar com um Reino Unido fraco. Esse argumento foi utilizado como justificativa para o ingresso no bloco, e o otimismo conservador em relação ao livre mercado foi utilizado como resposta às observações de que a economia ainda não havia melhorado ao final da década de 1970.

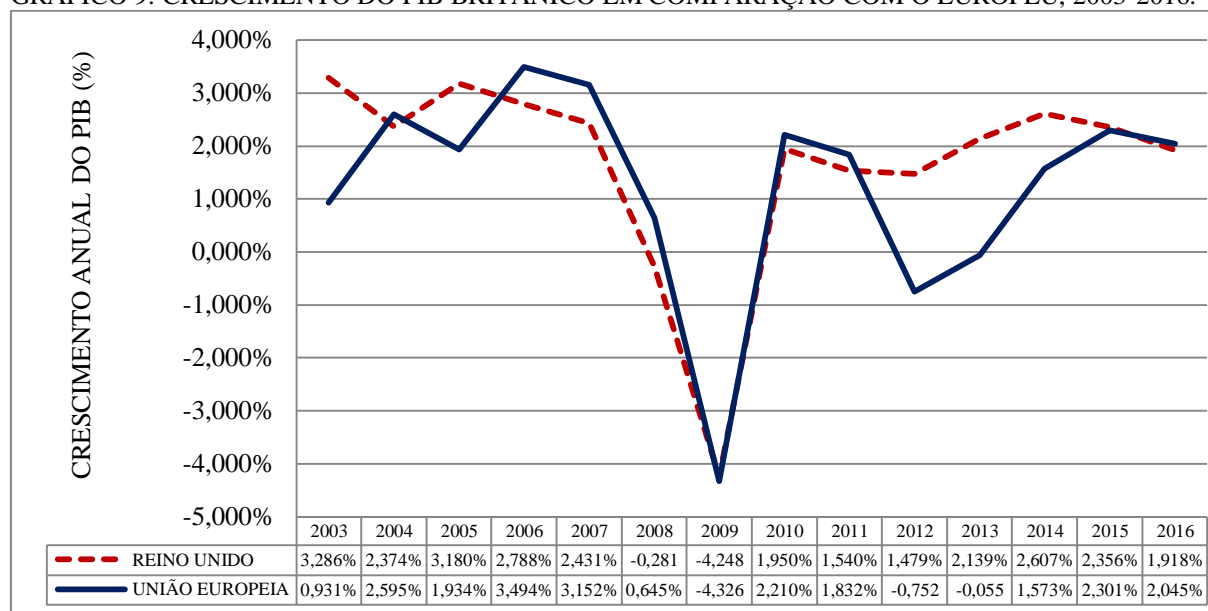
GRÁFICO 8: CRESCIMENTO DO PIB BRITÂNICO EM COMPARAÇÃO COM O EUROPEU, 1971-1980.



FONTE: BANCO MUNDIAL 1971-1980

Comparando o cenário na época do ingresso britânico no bloco com o que aconteceu na década anterior a sua saída, é possível observar que ele se repetiu entre 2006 e 2011, com o PIB britânico apresentando um crescimento anual menor do que o PIB europeu. Porém, isso mudou em 2012, com a economia britânica apresentando crescimento anual em média dois pontos percentuais maiores do que o bloco. Com esse cenário se mantendo até 2015, conservadores puderam minimizar os argumentos pró-permanência que afirmavam que a economia deixaria de apresentar um crescimento tão vantajoso fora do bloco. Como pode ser visto, em 2016 já apareceu o que poderia ser a volta da tendência apresentada na década anterior.

GRÁFICO 9: CRESCIMENTO DO PIB BRITÂNICO EM COMPARAÇÃO COM O EUROPEU, 2003-2016.



FONTE: BANCO MUNDIAL 2003-2016

5. O REFERENDO

Os dados até aqui analisados refletem a posição do povo britânico em relação ao processo de integração europeia, assim como partes importantes da cobertura midiática do referendo e economia, e com base neles serão discutidas as hipóteses do trabalho: os conservadores pararam de ver vantagens na integração europeia, preferindo quando era apenas livre mercado; a cobertura midiática do referendo de 2016 foi um fator decisivo para o resultado, influenciando o voto popular; o nível de qualificação da população também foi um fator decisivo para o resultado.

5.1 O EUROCRETICISMO CONSERVADOR

O eurocreticismo mostrado pelos conservadores e usado por eles para assegurar o *Brexit* não é um fenômeno recente, mas sim algo que vem de décadas atrás, efetivamente lançado por Margaret Thatcher, ao dizer que a concentração de poder no centro de um conglomerado europeu era um problema, e que reduziria o Reino Unido a uma mera província europeia (LYNCH, 2016). Décadas mais tarde, essa postura anti-integração e favorável apenas ao livre mercado adotada pelos conservadores ganhou força, exercendo pressão o bastante no primeiro ministro David Cameron para que fosse feito um referendo relacionado à saída ou permanência do país na União Europeia.

Não foi a primeira vez que o povo britânico foi consultado em relação ao processo de integração europeu, e como na última vez, o apoio conservador foi crucial para o resultado. Como se pôde observar nos gráficos da sessão anterior, os conservadores foram majoritariamente favoráveis à permanência na CEE, argumentando que era necessário pertencer ao livre mercado para evitar que a economia britânica ficasse para trás. Os trabalhistas, por sua vez, não eram favoráveis ao livre mercado, afirmando que estariam rendendo o país a interesses capitalistas de empresas transnacionais.

Esse cenário se inverteu em 2016, com o apoio à integração tendo diminuído entre os conservadores e aumentado entre os trabalhistas. Isso mostra que, para os conservadores, a parte interessante do processo de integração já havia passado, e, quando o processo se mostrou mais avançado que o desejado, mudaram sua posição e passaram a apoiar a saída do bloco, o que refletiu na cobertura midiática e, por consequência, nos votos da população a respeito da permanência.

A causa para essa mudança de ideia entre os conservadores pode estar na conjuntura de cada momento. Nos dois anos anteriores ao ingresso do Reino Unido na CEE a economia britânica cresceu menos que a economia do bloco, o que foi um fator motivador para seu ingresso em 1973. Nos anos seguintes o cenário se repetiu com a economia britânica apresentando crescimento inferior a do bloco pelo restante da década, mas ainda havia otimismo entre os conservadores com relação ao livre mercado, uma vez que era tudo ao que se resumia o processo de integração na época, e que apresentava um futuro promissor para a economia britânica (e que se concretizou na década seguinte, com o PIB britânico crescendo mais que o PIB da CEE).

Na época do primeiro referendo não houve alguns fatores que contribuíram para o voto de saída em 2016, como os efeitos da crise de 2008 e a crise de refugiados pela qual a

Europa passou naquele momento. Dessa forma, o interesse conservador, já não muito grande, na integração europeia ficou ainda menor. Comparando o crescimento econômico do PIB do Reino Unido com o da União Europeia entre 2012 e 2015, é possível observar que o crescimento do país se mantém superior ao do bloco. Com isso, os conservadores tiveram mais um argumento para justificar a saída, e haviam perdido o que já foi seu maior incentivo para a integração, que também os motivou a apoiar a permanência em 1975: o crescimento econômico impulsionado pelo bloco.

Juntando a falta de interesse que sempre existiu entre os conservadores com a falta de necessidade que viram no bloco (uma vez que a economia nacional crescia mais) e as preocupações com a imigração e a perda de soberania, conservadores pressionaram o governo por um referendo sobre a permanência e fizeram uma campanha massiva pela saída, com foco em questões de cunho emocional, que apelaram mais para camadas menos qualificadas, como será discutido mais adiante.

5.2 UMA CAMPANHA PARCIAL

Até o ano de 2014, com poucas exceções, o apoio popular à integração europeia era majoritário. O resultado do referendo de 2016, no entanto, mostrou o contrário, o que indica mudança na opinião popular. A segunda hipótese deste trabalho afirma que o causador dessa mudança, motivado pela pressão conservadora pela saída, foi a forma como foi feita a cobertura midiática do referendo.

Segundo o levantamento feito pelo *PRIME Research*, 41% dos artigos de jornal a respeito do referendo foram a favor da saída, com apenas 27% a favor de permanecer na UE (23% foram categorizados como “mistos ou indecisos” e 9% como não adotando nenhuma posição). Também é apontado que 70% dos políticos britânicos citados nos artigos eram conservadores, contra apenas 13% trabalhistas (ASLAN; BIRONZO; LEVY, 2016). Analisando os tons de cada campanha, observa-se que, enquanto a campanha pela permanência focou nos riscos econômicos do *Brexit*, a campanha pela saída usou argumentos mais emocionais, focados nas questões de soberania e imigração. Na visão popular, o argumento econômico usado na campanha pela permanência foi mais associado às elites, enquanto a campanha pela saída apelou para preocupações mais comuns entre os grupos menos qualificados e com menor nível socioeconômico.

Aprofundando a análise sobre o conteúdo da cobertura midiática, também é interessante ressaltar três aspectos: a extensão para a qual a cobertura favoreceu uma ou outra

posição, a quantidade de cobertura dada às respectivas campanhas, e a gama de questões cobertas (DEACON; DOWNEY; HARMER,; STANYER; WRING, 2016). Analisando o primeiro desses aspectos, pode-se observar que os conservadores tiveram muito mais espaço na cobertura do referendo, o que, por consequência, expôs mais a população a argumentos pró-saída. Assim é possível constatar que a cobertura midiática favoreceu muito a campanha pró-saída, o que, em conjunto com os argumentos utilizados pode ter sido responsável pelo resultado e pela mudança de opinião em relação a 2014. Sobre o segundo aspecto, também é possível observar que o foco maior da cobertura foi a campanha pró-saída, com a maior parte dos artigos de jornal publicados sendo favoráveis à saída, expondo em maioria os argumentos para tal campanha. Como visto em gráficos da sessão anterior, a cobertura de fontes pró-saída foi majoritariamente esmagadora, com presença conservadora três vezes superior à trabalhista nos jornais e mais que duas vezes superior na televisão. Em relação ao terceiro aspecto, os três assuntos que mais apareceram na mídia na época do referendo foram economia, imigração, e o próprio referendo em si. Ao que pôde ser observado, as questões migratórias foram as que receberam maior atenção conforme se aproximava o referendo, o que foi favorável para a campanha de saída.

O referendo frequentemente viu políticos do Reino Unido e cidadãos expressando combinações de fatos e sentimentos. As duas campanhas utilizaram argumentos embasados em alguma lógica para apelar ao emocional da população, o que fez a diferença foi o público alvo de cada campanha e a forma como cada lado abordou os problemas apresentados. Em linhas gerais, três principais questões fizeram parte da discussão sobre o *Brexit*: economia, imigração, e soberania.

A campanha pró-permanência afirmou que a economia cresceria mais devagar sem o bloco, uma vez que o país estaria deixando de participar do mercado comum europeu e precisaria estabelecer relações comerciais com os países ainda membros do bloco de forma bilateral, o que não seria tão fácil quanto simplesmente pertencer ao mesmo mercado comum. A campanha pró-saída, por sua vez, afirmou que a economia não sofreria queda, e que acordos bilaterais com os países membros do bloco seriam mais vantajosos, já que não seria necessário lidar com as regulamentações do mercado europeu. Pode-se observar que a questão econômica foi mais abordada pela campanha pró-permanência, enquanto a campanha pró-saída não se aprofundou muito em efeitos negativos na economia pós *Brexit*. O argumento econômico soou para muitos, como dito anteriormente, como uma questão mais elitista, apelando para camadas de nível socioeconômico mais alto, talvez na esperança de que os

demais seguissem o exemplo delas. De fato, o apoio à permanência foi maior entre as camadas mais altas, porém o mesmo não era verdadeiro entre as camadas mais baixas.

Com a imigração, principal preocupação do povo britânico no ano anterior ao referendo, foi diferente. A campanha pró-saída foi mais enfática aqui, afirmando que os imigrantes estavam inundando as escolas, habitações públicas e o Serviço Nacional de Saúde, tirando empregos britânicos ou, alternativamente, aproveitando os benefícios da previdência que os trabalhadores financiam. Já a campanha pró-permanência afirmou que os imigrantes não representavam grandes gastos públicos, uma vez que rendiam mais em impostos do que em gastos para o governo. Esse argumento apelou mais para o medo da população menos qualificada, o que refletiu nos votos, uma vez que o apoio ao *Brexit* foi maior em meio a essa população (MOODY, 2016).

A terceira grande questão do referendo, a soberania, também foi mais explorada pela campanha pró-saída. Sob o pretexto de “retomar o controle do país”, apoiadores do *Brexit* afirmaram que era crucial para a retomada do controle sobre o país sair da União Europeia. Afirmando que o parlamento europeu limitava a habilidade do governo britânico de fazer suas próprias políticas e que não fazia sentido ter que lidar com leis europeias impostas ao país, os apoiadores da saída tornaram geral um medo de perda de controle que contribuiu para o resultado do referendo (WESTCOTT, 2020).

A campanha pró-permanência apresentou uma visão diferente sobre a soberania, tentando minimizar o medo causado pela outra campanha, afirmando que deixar o bloco seria o equivalente a abrir mão de soberania, e não reavê-la, uma vez que o Reino Unido não participaria mais da formação das leis europeias, e teria que lidar com elas para fazer acordos com os países ainda membros do bloco (WESTCOTT, 2020).

Dessa forma, o *Brexit* significava jogar fora o controle, não retomá-lo. Por exemplo, no campo do comércio internacional, onde há mais regulamentação além-fronteiras do que no mercado único, e quanto mais comércio um país deseja fazer, mais regulamentação é necessária. Isso vale tanto para serviços e dados quanto para bens: "soberania", neste contexto, significa ter influência não apenas da regulamentação em seu mercado doméstico, mas nos mercados onde você vende e compra.

A questão não era abrir mão da soberania, mas sim compartilhá-la, estendendo-a para a Europa continental. É uma soberania menos absoluta, mas eficaz na proteção dos interesses britânicos, uma vez que exerceu uma influência muito maior sobre a forma da regulamentação em seu mercado principal, bem como sobre a posição da Europa nos assuntos. Ou seja, nem

sempre se consegue o que quer, mas é possível evitar que seus vizinhos sigam o caminho errado (WESTCOTT, 2020).

5.3 O SUCESSO DA CAMPANHA PRÓ-SAÍDA

Com o principal argumento da campanha pela permanência sendo a questão econômica, assim como os benefícios do livre mercado e malefícios de ficar de fora dele, entende-se porque camadas com menores níveis de qualificação e socioeconômico preferiram apoiar a saída. O livre mercado foi certamente responsável pela perda de empregos em setores principalmente industriais da economia britânica (MOODY, 2016), o que acabou por marginalizar uma grande parcela da população que, para o azar da elite política e econômica do país, parou de dar ouvidos aos políticos e, em vez disso, passaram a usar suas próprias experiências para julgar o que funcionou a seu favor ou não (MCKENZIE, 2016).

Da esquerda para a direita, muitos viram o grande voto da classe trabalhadora a favor do *Brexit* como uma revolta contra as elites responsáveis pelas condições desfavoráveis resultantes da perda de empregos e crises financeiras sobre as quais não foi feito muito a respeito, fora a adoção de políticas de austeridade na tentativa de conter os danos. Com raiva dos políticos que são parcialmente responsáveis por elas, o referendo da UE foi visto como uma rara chance de se fazer ouvir diante de políticos e elites em geral. Mas as forças que deixaram tantas comunidades da classe trabalhadora sem trabalho ou esperança remontam pelo menos à era Thatcher, quando as minas foram fechadas, os estaleiros e siderúrgicas abandonados, as habitações municipais (públicas) vendidas e o neoliberalismo "caseiro" introduzido com nenhuma intervenção da então Comunidade Econômica Europeia (MOODY, 2016). Então o que fez com que o povo, de maneira geral, ficasse do lado dos conservadores na questão do *Brexit*?

As elites políticas que têm responsabilidade por isso e que são objetos de frustração e raiva hoje, no entanto, estão tipicamente fora do alcance de pessoas comuns desorganizadas - isoladas por instituições, riqueza e / ou distância. Os temas abordados nas campanhas, mais recentemente combinados com o medo do "terrorismo". A campanha do *Brexit* minou ainda mais e encorajou essa mentalidade de culpar a outra vítima. O esforço conjunto para direcionar a raiva das classes média e trabalhadora para longe das elites governantes começou bem antes do referendo (MOODY, 2016).

Desde que o Reino Unido mergulhou em um desastre econômico em 2008, elites políticas fizeram grande esforço para tentar redirecionar a raiva das pessoas - tanto sobre sua

própria situação quanto a do país - para longe dos poderosos. Em vez disso, o público britânico foi rotineiramente encorajado a direcionar suas frustrações a outros alvos, muitas vezes mais visíveis, que há muito tempo são difamados por políticos de elite e pela mídia: imigrantes, pessoas desempregadas, requerentes de benefícios sociais, e funcionários do setor público (MOODY, 2016).

O brilhantismo da campanha pró-saída impulsionada pelos conservadores foi identificar os anseios dessa grande parcela da população britânica, ressaltar problemas – em sua maioria fabricados – com os “suspeitos de sempre”, e apresentar o *Brexit* como a melhor solução. Ao reconhecer antes dos adversários favoráveis à integração o peso que esses votos teriam, os conservadores pró-saída asseguraram a vitória no referendo de 2016.

A consequência foi que as pessoas marginalizadas em todo o Reino Unido usaram o referendo da UE orquestrado pelos conservadores como uma oportunidade para serem ouvidas. Dessa forma, os grupos com menos qualificação e menor nível socioeconômico, impulsionados por anos de frustração e por uma campanha parcial em favor da saída, seguiram a vontade dos conservadores, sendo um fator decisivo no resultado do referendo.

6. CONCLUSÃO

Ao final da análise, é possível observar que o Reino Unido procurou manter certa distância da União Europeia desde seu início. Se recusando a fazer parte da CECA, mudando de opinião apenas quando passou a ver vantagens econômicas na integração. Curiosamente, o medo parece ter sido um dos principais motivadores nos dois referendos. Medo de ficar à margem de uma Europa forte motivou a permanência em 1975, e medo de perder o controle sobre si ou de uma grande onda migratória vinda da UE foi usado para guiar o voto popular em 2016.

Pensando nas perguntas feitas no início da pesquisa, é possível agora apresentar algumas respostas. A resposta para a primeira pergunta, sobre o quê no processo de integração teria desmotivado o Reino Unido, está na forma como o país sempre tratou suas relações com o bloco. Houve demora no interesse na integração, e mesmo com o país fazendo parte do bloco, conservadores já alertavam a população sobre os perigos de uma integração mais profunda. Dessa forma, pode-se dizer que as partes do processo de integração que vão além do livre mercado foram o principal desmotivador para o Reino Unido, não por falha no processo, mas pelo seu forte desinteresse.

A segunda pergunta trouxe o questionamento em relação ao nível de influência da cobertura midiática do referendo realizado pela permanência em 2016. Após a análise, pode-se dizer que a cobertura teve grande influência no resultado do referendo, uma vez que deu mais voz à campanha de saída e seus apoiadores. Com essa superexposição a opiniões pró-saída que apelavam para problemas que a população de níveis socioeconômicos menos elevados enfrentava, é visível que a cobertura midiática teve sim papel fundamental na influência do voto popular.

Respondendo à terceira pergunta pode-se ver que, no caso do *Brexit*, a falta de interesse no processo de integração foi sim um motivador da saída, mas não o único. A falta de interesse levou os conservadores a pressionar o governo para que fosse realizado um referendo e contribuiu para alimentar o euroceticismo na população, porém a decepção das pessoas que não pertenciam às elites com o processo como um todo tornou concreto o desejo de saída já expresso por muitos desde o ingresso na CEE.

Uma vez que o *Brexit* reflete interesses conservadores, e que a campanha pró-saída realizada por eles repete a agenda nacionalista e xenofóbica que pode ser observada nos movimentos conservadores pelo mundo na última década, pode-se dizer que sim, a saída do Reino Unido da União Europeia é um reflexo da onda conservadora presenciada pelo mundo nos últimos anos.

As hipóteses do trabalho também foram confirmadas no decorrer da pesquisa, uma vez que foi possível observar que desde o ingresso do Reino Unido na CEE, conservadores não tinham interesse em questões além da economia. No começo viram vantagem em ingressar no bloco e aproveitar o crescimento conjunto, porém preferiram em 2016, com a economia apresentando um bom crescimento, deixar o bloco agora que a integração é mais profunda. A cobertura midiática fez diferença no resultado, e garantiu aos conservadores o espaço que precisavam para expor seus argumentos a uma população menos qualificada que não se viu contemplada no processo de integração regional.

Ao final, pode-se concluir que o Reino Unido sempre apresentou resistência em relação ao processo de integração europeia, com motivos quase que exclusivamente econômicos para seu interesse, e sem vontade de progredir para uma integração completa. Os problemas apresentados pelos conservadores como sendo causados por imigrantes e pelo processo de integração em si são, na verdade, característicos do neoliberalismo, que cria condições que levam a graves problemas políticos relativos à soberania e identidade nacional. Como solução para esses problemas os conservadores apresentaram o *Brexit*, utilizando da retórica de “retomar controle nacional” e “reaver o controle das fronteiras”, afirmando que o

país estaria melhor fora do bloco, e que os anseios populares negligenciados até então poderiam finalmente ser atendidos. Em síntese, os conservadores souberam gerenciar melhor as expectativas e medos populares para obter o resultado desejado, enquanto trabalhistas e apoiadores da permanência em geral focaram em questões que tinham menos apelo ao povo, e sim às elites que eram alvo de ressentimento popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A brief History of the EU. UK in a Changing Europe . Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2016/06/Factsheet-on-timeline.pdf>. Acesso em 21 set. 2020.
- ASLAN, Billur; BIRONZO, Diego; LEVY, David. The press and the Referendum campaign. In: EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign Early reflections from leading UK academics. The Centre for the Study of Journalism, Culture and Community Bournemouth University, 2016. p. 33.
- CAMPOS, Nauro; CORICELLI, Fabrizio. Why did Britain join the EU? A new insight from economic history. Vox EU CEPR, 03 fevereiro 2015. Disponível em: <https://voxeu.org/article/britain-s-eu-membership-new-insight-economic-history>. Acesso em 21 set 2020.
- CLARKE, Harold D; GOODWIN, Matthew; WHITELEY, Paul. Why Britain Voted for *Brexit*: An Individual-Level Analysis of the 2016 Referendum Vote. In: Parliamentary Affairs 70. Advance Access Publication , 2017, p. 439-464.
- DEACON, David; DOWNEY, John; HARMER, Emily; STANYER, James; WRING, Dominic. The narrow agenda: how the news media covered the Referendum In: EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign Early reflections from leading UK academics. The Centre for the Study of Journalism, Culture and Community Bournemouth University, 2016. p. 34-35.
- DUNIN-WASOWICZ, Roch. The referendums of 1975 and 2016 illustrate the continuity and change in British Euroscepticism. LSE , 31 jul 2017. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/Brexit/2017/07/31/the-referendums-of-1975-and-2016-illustrate-the-continuity-and-change-in-british-euroscepticism/>. Acesso em 21 set 2020.
- ECONOMIST/Ipsos MORI March 2015 Issues Index. Ipsos MORI, 18 mar 2015. Disponível em: <https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/economistipsos-mori-march-2015-issues-index>. Acesso em 28 dez 2020.
- EUROPEAN Union membership - trends. Ipsos MORI, 15 jun 2016. Disponível em: <https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/european-union-membership-trends>. Acesso em 28 dez 2020.
- EVANS, Adam. Planning for *Brexit*: the Case of the 1975 Referendum. In: The Political Quarterly 89, 2017. p 127-133.
- GDP growth (annual %) - European Union. 1971-2016. Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2016&locations=EU&start=1971&view=chart>. Acesso em 21 jan 2021.
- GDP growth (annual %) - United Kingdom. 1971-2016. Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2016&locations=GB&start=1971>. Acesso em 21 jan 2021.
- GOODWIN, Matthew; HEATH, Oliver. *Brexit* vote explained: poverty, low skills and lack of opportunities. Joseph Rowntree Foundation, 31 ago 2016. Disponível em: <https://www.jrf.org.uk/report/Brexit-vote-explained-poverty-low-skills-and-lack-of-opportunities>. Acesso em 11 jan 2021.

GOTTFRIED, Glenn; SKINNER, Gideon. How Britain voted in the 2016 EU referendum. Ipsos MORI, 5 set 2016. Disponível em: <https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/how-britain-voted-2016-eu-referendum>. Acesso em 28 dez 2020.

HAAS, Ernst B. The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. In: *International Organization*, vol. 24, no. 4, 1970, p. 607-646.

IF you were eligible at the time, how did you vote in the UK European Economic Community membership referendum in 1975? Statista Research Department, 17 set 2015. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/519768/voting-intention-of-1975-economic-community-membership-balloters-in-the-uk/>. Acesso em 28 dez 2020.

LANDALE, James. EU reform deal: What Cameron wanted and what he got. BBC News, 20 fev 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-35622105>. Acesso em 21 jan 2021.

LYNCH, Philip. The triumph and tribulations of Conservative Euroscepticism. In: *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign Early reflections from leading UK academics*. The Centre for the Study of Journalism, Culture and Community Bournemouth University, 2016. p. 77.

MEARSHEIMER, John J. “Bound to fail- the rise and fall of the liberal international order”. *International Security*, Vol. 43, No. 4 (Spring 2019), p. 7–50.

MCKENZIE, Lisa. *Brexit: a two-fingered salute from the working class*. LSE, 22 ago 2016. Disponível em: <https://www.redpepper.org.uk/Brexit-a-two-fingered-salute-from-the-working-class/>. Acesso em 20 jan 2021.

MOODY, Kim. Was *Brexit* a Working-Class Revolt? In: *Against the Current*, No. 184, set/out 2016. Disponível em: <https://againstthecurrent.org/atc184/p4771/>. Acesso em 20 jan 2021.

RAMOS, Cláudia Toriz. Teorias da Integração Europeia: Uma Breve Perspectiva. In: *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto. ISSN 1646-0502. 2 (2005) 327-344.

SHOULD the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union? Statista Research Department, 20 jun 2016. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/572613/eu-referendum-decision-by-highest-educational-attainment-uk/>. Acesso em 11 jan 2021.

TROITIÑO, David R; KERIKMÄE, Tanel; CHOCHIA, Archil. British Strategy to the European Communities Before Accession. In: *Brexit History, Reasoning and Perspectives*. Springer International Publishing, 2018. p. 59-114.

TROITIÑO, David R; KERIKMÄE, Tanel; CHOCHIA, Archil. Historical Approach of UK to the European Integration. In: *Brexit History, Reasoning and Perspectives*. Springer International Publishing, 2018. p. 3-58.

TROITIÑO, David R; KERIKMÄE, Tanel; CHOCHIA, Archil. The UK Inside the European Communities/Union. In: *Brexit History, Reasoning and Perspectives*. Springer International Publishing, 2018. p. 115-198.

WESTCOTT, Nick. Sovereignty and *Brexit*: Control of What Exactly? UK In a Changing Europe, 26 nov 2020. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/sovereignty-and-Brexit-control-of-what-exactly/>. Acesso em 20 jan 2021.

WHEELER, Brian. EU referendum: Did 1975 predictions come true? BBC News , 06 jun 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/news/uk-politics-36367246> . Acesso em 21 set. 2020.

WILSON, Sam. Britain and the EU: A long and rocky relationship. BBC News , 01 Abril 2014. Disponível em <https://www.bbc.com/news/uk-politics-26515129> . Acesso em 21 set. 2020.